



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 209531-0**

**COMARCA** : Recife – 11ª Vara Criminal  
**APELANTE** : Marcus Vinícius Canel Correia da Silva  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADOR** : Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATOR**  
**Substituto** : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida  
**REVISOR** : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

**EMENTA:**

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FRAGILIDADE DE PROVAS PARA INCRIMINAR O RÉU. INOCORRÊNCIA. APELO IMPROVIDO.

I - Não merece reforma, e conseqüente absolvição do réu, sentença que o condenou em harmonia com as provas carreadas aos autos.

II – Apelação a que se nega provimento. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 209531-0**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da **Terceira Câmara Criminal** do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 21 de março de 2013.

**Presidente**

**Paulo Victor Vasconcelos de Almeida**  
**Juiz Convocado/Relator Substituto**

*Leandro*  
*21/03/2013*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 209531-0**

**COMARCA** : Recife – 11ª Vara Criminal  
**APELANTE** : Marcus Vinícius Canel Correia da Silva  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADOR** : Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATOR**  
**Substituto** : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida  
**REVISOR** : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

**RELATÓRIO**

---

**Marcus Vinícius Canel Correia da Silva** foi denunciado (fls. 02/03) como incurso nas penas do art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal.

Narra a Denúncia que o denunciado, em data de 09/04/2005, por volta das 04:30 horas, subtraiu, em companhia de Jaime Cleiton Leite da Veiga, menor de idade à época do fato delituoso, dois aparelhos celular, um relógio de pulso e as chaves do automóvel da vítima Renato Ramos dos Santos.

Consta, ainda, que a vítima abria o portão da garagem de sua residência, quando foi abordada pelo denunciado e por Jaime Cleiton Leite da Veiga, os quais levaram os objetos já referidos.

Os policiais foram avisados sobre o fato e saíram em busca dos autores, tendo-lhes encontrado nas proximidades da Rua Iracica, bairro de Afogados. O menor Jaime Cleiton estava usando o relógio de pulso há pouco roubado, entretanto as demais "res furtivas" não estavam mais na posse deles.

O menor, à época do fato delituoso, Jaime Cleiton Leite da Veiga, foi encaminhado a GPCA – Unidade de Prevenção e Repressão aos Atos Infracionais, para as devidas providências (fls. 31/34).

Concluída a instrução criminal, o acusado foi condenado à pena de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias multa, a ser cumprida em regime semi-aberto, como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal, conforme sentença condenatória de fls. 176/179.

Inconformado, o réu apelou (fls. 183), oferecendo razões recursais às fls. 218/226, pugnando pela reforma da sentença *a quo* para que seja absolvido do crime a si imputado, alegando a fragilidade das provas, pretendendo a aplicação do princípio *in dubio pro reo*.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

A Representante do *Parquet* de 1º Grau, em resposta ao apelo (fls. 230/234), rechaçou as alegações ali contidas e requereu a manutenção da sentença recorrida.

Nesta Instância, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti, às fls. 237/239, ofereceu parecer opinando pelo improvimento do recurso.

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 05 de novembro de 2012.

**Paulo Victor Vasconcelos de Almeida**  
**Juiz Convocado/Relator Substituto**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
264  
PB  
13

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 209531-0**

**COMARCA** : Recife – 11ª Vara Criminal  
**APELANTE** : Marcus Vinícius Canel Correia da Silva  
**APELADO** : Ministério Público do Estado de Pernambuco  
**PROCURADOR** : Dr. Antonio Carlos de Oliveira Cavalcanti  
**RELATOR**  
**Substituto** : Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida  
**REVISOR** : Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

**VOTO - MÉRITO**

Trata-se de apelação onde o recorrente pugna por absolvição, alegando fragilidade das provas, pretendendo a aplicação do princípio *in dubio pro reo*.

Aduz, ainda, que não restou provada sua participação na conduta tipificada na denúncia, pois somente foi preso em virtude de ter sido visto em companhia do adolescente, o qual seria o único autor do delito.

A materialidade do delito encontra-se comprovada pelo auto de apresentação e apreensão (fls. 36), pelo auto de entrega de objetos (fls. 37), e pelo auto de avaliação de fls. 46.

Com relação à autoria do delito, apesar de o apelante, no inquérito (fls. 11), e em juízo (fls. 78/79), negar a prática do crime a si imputado, restou evidenciada pelos depoimentos da vítima e das testemunhas ouvidas na fase inquisitorial e em juízo.

O acusado, ora apelante, foi reconhecido, sem nenhuma dúvida, pela vítima Renato Ramos da Silva no auto de prisão em flagrante delito (fls. 10), e em juízo (fls. 111/112), como sendo um dos responsáveis pelo crime em comento, a qual afirmou convictamente que o apelante era um dos elementos que no dia e local narrado na denúncia, tomou de assalto seus pertences (dois aparelhos celular, a chave do carro, um relógio e um porta-CD).

Além do mais, a vítima, em suas declarações perante a autoridade policial e em juízo, além de narrar os fatos com riqueza de detalhes, descrevendo o *modus operandi* dos assaltantes e a maneira com que se portaram, apontou o acusado, ora apelante, como o responsável pela subtração dos seus objetos, restando indubitável que o apelante agiu



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

em concurso de pessoas, razão pela qual o douto sentenciante *a quo* aplicou, acertadamente, a agravante prevista no art. 157, § 2º, inciso II, do CP.

Ao ser interrogado perante a autoridade policial (fls. 11), o acusado Marcus Vinícius Canel Correia da Silva negou o crime a si imputado, dizendo *"(...) que foi levado até a presença da vítima do presente auto, que reconheceu ele investigado e o menor em tela como sendo os autores do crime de roubo, tendo ainda a vítima reconhecido como sendo de sua propriedade um relógio de pulso que estava sendo usado por seu amigo CLEITON, que mesmo diante das afirmações da vítima, que reconhece ele interrogado como sendo uma das pessoas que investiram contra a mesma, ele interrogado nega ter participado do roubo sofrido pela vítima; (...)"*.

Em juízo (fls. 78/79), o acusado Marcus Vinícius Canel Correia da Silva igualmente negou a prática delitiva, aduzindo, no entanto, *"(...) que somente uma vez esteve próximo da vítima e foi no momento em que a mesma olhou para o carro da polícia onde ele interrogado estava preso e disse apenas reconhecer o menor referido na denúncia; (...); que como motivo particular para dizer que estava sendo acusado na presente ação penal ressalta que foi pelo fato de encontrar-se junto com o menor por ocasião da abordagem policial; (...)"*, declarações estas totalmente divorciadas das provas dos autos.

Para melhor entendimento dos fatos, vejamos os depoimentos do co-réu na GPCA, da vítima e das testemunhas ouvidas perante a autoridade policial e em juízo.

Na GPCA, o menor, à época do delito, Jaime Cleiton Leite da Veiga confirmou a sua participação e a do réu Marcus Vinícius Canel Correia da Silva no evento criminoso, negando apenas que estivessem de porte de arma, porquanto alegou que fizeram tão somente a menção de estarem armados:

*"(...) que são verdadeiras as acusações que lhe são imputadas, esclarecendo que praticou o assalto em lide em companhia do adulto MARCUS VINÍCIUS CANEL CORREIA DA SILVA; que igualmente confessa haver ficado em seu poder o produto do roubo, ou seja, um relógio de pulso de mostrador preto, da marca Orient; que nega que a dupla tenha utilizado em algum momento arma de fogo para perpetrar o assalto ora apurado; que, no entanto, confessa que fizeram menção de que estavam armados para que assim a vítima não hesitasse ou mesmo esboçasse qualquer tipo de reação; que minutos após o assalto foram surpreendidos por policiais militares que estiveram no local, tendo a dupla tentado se evadir,*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

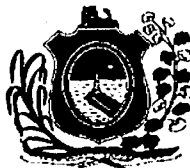
*todavia, não lograram êxito, sendo ambos abordados e apreendidos pelos militares que os conduziram até a presença da vítima que os reconheceram; (...)"*

Na fase inquisitorial (fls. 10), a vítima Renato Ramos da Silva esclareceu:

*"(...) que por volta das 05:00 horas, ao chegar em sua casa, conduzindo o veículo VW-Gol, de cor prata, placa KJN-6519-PE, e ao tentar abrir o portão da garagem foi surpreendido pelos investigados, identificados como sendo MARCUS VINÍCIUS CANEL CORREIA DA SILVA, nascido em 12/06/1985 e o outro como sendo Jaime Cleiton Leite da Veiga, de 17 anos de idade, este último, armado com um revólver anunciou que se tratava de um assalto e mandou que ele declarante passasse celular, carteira; que diante da ameaça ele declarante entregou dois aparelhos celular, um relógio de pulso, a carteira e as chaves do carro em tela; que naquele local, o menor referido, ao verificar que na carteira porta-cédulas não havia dinheiro, devolveu citada carteira; que após essa ação os investigados levaram as chaves do carro, dois aparelhos celular e um relógio de pulso; que em seguida ligou para o 190, que enviou a viatura comandada pelo condutor do presente auto; (...); que o condutor saiu em perseguição, retornando minutos depois, já com os investigados detidos e naquele momento ele declarante os reconheceu como sendo os mesmos autores da investida criminosa sofrida por ele declarante; que na oportunidade o menor em tela ainda estava usando no pulso seu relógio, enquanto que as chaves do carro e os aparelhos celular não foram encontrados; (...)"*

Em juízo (fls. 111/112), a vítima Renato Ramos da Silva ratificou suas declarações prestadas no inquérito, asseverando:

*"(...) que a pessoa que acompanhava o menor teve como participação pegar os pertences dele declarante e de sua irmã Evilena; que quem disse que se tratava de um assalto foi a pessoa que era de menoridade; que nesta data foi levado à sala de reconhecimento onde havia mais três presos e imediatamente o declarante reconheceu o denunciado como sendo um dos autores do crime; (...); que já conhecia de vista o acusado naquela mesma rua onde o declarante já havia morado há cerca de onze anos; (...); que o relacionamento do declarante com o acusado era apenas de vista, não havendo nenhuma inimizade ou amizade com o acusado; (...); que os objetos subtraídos foram dois aparelhos celular, a chave do carro, um relógio e um porta-CD; (...); que a participação do acusado, como dito, era de subtrair os objetos do declarante e de sua irmã, enquanto que o de menor ficava com a arma em punho durante o assalto; (...); que o acusado e o menor, depois da prisão, foram levados a um local próximo a casa do declarante e o declarante reconheceu o menor, o qual estava ainda usando o relógio dele declarante, bem como fez o reconhecimento do acusado; que o acusado encontrava-se dentro de um Eco-Sport e nitidamente olhou para o acusado e o reconheceu como um dos participantes do roubo; que em nenhum momento o declarante excluiu a*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

*participação do acusado e imputou apenas ao menor a prática do crime; (...); que a arma apontada pelo menor parecia ser revólver calibre 38; que reafirma que foi o menor quem apontou a arma; (...)"*

Conforme observou a Promotora de Justiça nas suas contrarrazões de apelação (fls. 233), "*(...) Consoante é possível analisar no depoimento supra citado, em nenhum momento a vítima excluiu o apelante do delito, afirmando sempre que os dois participaram da ação delituosa, embora de maneiras diferentes, porquanto o menor anunciou o assalto, portando uma arma que parecia ser de calibre 38, enquanto Marcos, o apelante, recolhia os objetos da vítima.*

*(...).*

*Durante a instrução ficou evidente que ele deu cobertura ao menor, desde o momento em que este anunciou o assalto, tendo sido o acusado, inclusive, o responsável pelo recebimento dos pertences das vítimas. Ora, prevê o art. 29 do Código Penal que quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.*

*Cabe ainda esclarecer que a vítima somente conhecia de vista o acusado por residir naquela rua há mais de dez anos, mas que inexistia qualquer amizade, tampouco inimizade, com o acusado em questão, portanto a vítima não teria qualquer motivo para imputar falsamente o crime ao acusado. (...)"*

Os policiais Vladimir Ferreira da Costa, Genival Francisco dos Santos e Alaumo Gomes de Lima, responsáveis pela prisão em flagrante do acusado, na fase inquisitorial (fls. 07/09), e em juízo (fls. 113/114 e 133), afirmaram que receberam determinação do CIODS para comparecerem ao local do fato, onde ali se encontrava a vítima, a qual havia sido roubada por dois elementos. Saindo em diligências, afirmaram que se depararam com dois elementos com as mesmas características informadas pela vítima, ocasião em que detiveram os indivíduos e os conduziram até o ofendido, o qual os identificou, sem nenhuma dúvida, como sendo os autores do crime que sofrera, bem como no braço do menor identificou o seu relógio de pulso.

Por outro lado, as testemunhas arroladas pela defesa (fls. 146/150) nada acrescentaram ao conjunto probatório dos autos, visto que não presenciaram os fatos narrados na denúncia, limitando-se a fornecer dados da vida pregressa do acusado.

Vê-se, portanto, que a delação do menor, à época do fato, Jaime Cleiton Leite da Veiga, e os depoimentos da vítima e das testemunhas perante a autoridade policial e em juízo, guardam coerência



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira**  
**Terceira Câmara Criminal**

entre si, não merecendo acolhimento a alegação de ausência de provas para embasar uma condenação, razão pela qual não se pode cogitar da aplicação do princípio *in dubio pro reo*, visto que dúvida não há quanto à participação do recorrente no crime em comento.

Atente-se, ainda, que a jurisprudência vem se mantendo firme no sentido de que, em tais procedimentos, as declarações das vítimas, desde que harmônicas e consentâneas com os demais subsídios coligidos aos autos, constituem relevante esteio para formação do convencimento com relação à autoria, haja vista que o interesse das mesmas é apontar os verdadeiros culpados e não acusar inocentes.

Veja-se, a propósito, decisão do Superior Tribunal de Justiça, da qual extraio o seguinte excerto:

*TACRSP: "A palavra da vítima em delitos patrimoniais é sumamente valiosa, já que o seu único interesse é apontar os verdadeiros culpados e não acusar inocentes, máxime quando uniforme e concordante com as circunstâncias apuradas no processo" (RJTACRIM 47/272).*

Assim, tenho que os fatos criminosos narrados na denúncia restaram provados, estando a sentença vergastada em harmonia com o conjunto probante dos autos, razão pela qual não merece reparo.

Forçoso é concluir, portanto, pela impossibilidade da absolvição vindicada, visto que a espécie não se afeiçoa a qualquer das hipóteses elencadas no art. 386, do CPP, o que evidencia o acerto da sentença guerreada.

Ante o exposto, e em consonância com o parecer ministerial, nego provimento ao recurso.

Recife, 05 de novembro de 2012.

21/03/2013

**Paulo Victor Vasconcelos de Almeida**  
**Juiz Convocado/Relator Substituto**



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**



**APELAÇÃO Nº:** 0009925-96.2005.8.17.0001  
(0209531-0)  
**COMARCA:** RECIFE  
**VARA:** 11ª CRIMINAL  
**APELANTE:** MARCUS VINÍCIUS CANEL CORREIA DA SILVA  
**DEFENSOR PÚBLICO:** FRANCISCO DE ASSIS NASCIMENTO NÓBREGA  
**APELADO:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
**ÓRGÃO JULGADOR:** TERCEIRA CÂMARA CRIMINAL  
**RELATOR:** JUIZ PAULO VICTOR VASCONCELOS DE ALMEIDA  
**REVISOR:** DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO  
**PROCURADOR:** DR. ANTÔNIO CARLOS DE OLIVEIRA CAVALCANTI

**VOTO DE REVISÃO**

Conforme consta dos autos, o acusado **Marcus Vinícius Canel Correia da Silva** foi condenado pelo Juízo *a quo* às penas de 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente semiaberto, e pecuniária de 10 (dez) dias-multa, por infração ao art. 157, § 2º, inciso II<sup>1</sup>, do Código Penal.

Em suas razões recursais, às fls. 218/226, o apelante pugna pela sua absolvição, sob a alegação de que não há, nos autos, provas suficientes para a condenação, pleiteando a aplicação do princípio *in dubio pro reo*.

<sup>1</sup> Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência.  
Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

(...)

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

(...)

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

(...)



**Poder Judiciário**  
**Tribunal de Justiça de Pernambuco**  
**Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**



A materialidade está comprovada através do auto de apresentação e apreensão (fl. 36), do auto de entrega de objetos (fl. 37) e do auto de avaliação (fls. 46).

A autoria está demonstrada nos depoimentos do menor corréu perante a autoridade policial (fls. 35), o qual confessa ter praticado o roubo juntamente com Marcus Vinícius Canel Correia da Silva, ora apelante, além das declarações prestadas pelos policiais militares que efetuaram a prisão (fls. 07/09, 113/114 e 133), da vítima, no inquérito (fl. 10) e em juízo (fls. 111/112), salientando-se que o acusado foi reconhecido por esta como um dos autores do delito.

Compulsando os autos, observa-se que as provas são coerentes entre si e contundentes em infligir ao ora apelante a prática do crime em tela, não havendo possibilidade de dar guarida ao seu pleito de absolvição, tendo, pois, ficado suficientemente comprovado que o mesmo subtraiu, juntamente com o menor J. C. L. V., mediante grave ameaça à pessoa, 02 (dois) aparelhos celulares, um relógio de pulso e a chave do automóvel pertencente à vítima Renato Ramos da Silva.

Assim, não há dúvida quanto à autoria do acusado no fato delitivo, não havendo como prosperar seu pleito de absolvição.

Pelos fundamentos apresentados, **VOTO CONCORDANDO COM O RELATOR, PARA NEGAR PROVIMENTO AO APELO**, devendo a sentença ser mantida em todos os seus termos.

Recife, 21 de 03 de 2013

  
**Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio**

**Revisor**